

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****ATUALIZAÇÕES EM 18.11.2019:**

1. Legislação – item 3.
2. Técnico Administrativo – itens 2, 3 e 5.
3. Analista Legislativo – item 1.
4. Procurador – itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6.
5. Redator – itens 1, 2 g, 3, 4 e 5.

LÍNGUA PORTUGUESA (para os cargos Técnico Administrativo, Analista Legislativo e Contador)**1. Compreensão e Interpretação de Texto**

As questões de compreensão e interpretação visam a averiguar a capacidade do candidato, quanto à (ao):

- 1.1 Apreensão do significado global dos textos.
- 1.2 Estabelecimento de relações intratextuais e intertextuais.
- 1.3 Reconhecimento das ideias principais e secundárias.
- 1.4 Dedução de ideias e pontos de vista implícitos nos textos.
- 1.5 Captação da linha argumentativa do autor.
- 1.6 Diferenciação entre fatos e opiniões.
- 1.7 Reconhecimento das diferentes “vozes” dentro de um texto.
- 1.8 Identificação do significado de palavras, expressões ou estruturas frasais em determinados contextos.
- 1.9 Análise dos textos do ponto de vista da unidade temática e estrutural.
- 1.10 Reconhecimento da natureza dominante de um texto quanto ao gênero (conto, artigo, carta etc.), ao tipo (dissertativo, descritivo, narrativo etc.), ao registro (formal, informal), à variedade (padrão, não-padrão) e à modalidade (oral, escrita).

2. Aspectos Gramaticais e Ortográficos

As questões sobre fatos da língua visam a aferir a capacidade do candidato de:

- 2.1. Reflexão e análise sobre o funcionamento linguístico.
- 2.2. Estabelecer relações entre os fenômenos gramaticais de diferentes tipos.
- 2.3. Reconhecimento da função desempenhada por diferentes recursos gramaticais no texto, nos níveis fonológico, morfológico, sintático, semântico e textual/discursivo.
- 2.4. Adequação de usos linguísticos ao contexto.
- 2.5. Domínio da variedade padrão escrita.

RACIOCÍNIO MATEMÁTICO (para os cargos Técnico Administrativo e Analista Legislativo)

1. Resolução de problemas envolvendo números reais, conjuntos, contagem e porcentagem. Sistemas, equações, regra de três simples e seqüências. Área, volume e capacidade. Leitura e interpretação de dados representados em tabelas e gráficos.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (para todos os cargos, exceto Procurador Jurídico)

1. Lei Orgânica de Curitiba.
2. Noções de Direito Administrativo: Lei nº 8.666/93 e Lei 10.520/2002; Lei nº 9.784/1999 e Lei nº 8.429/92.
3. Noções de Direito Constitucional: Direitos e ~~deveres~~ Garantias fundamentais (Título II, Capítulo I, Art. 5º); Da Organização dos Poderes (Título IV, Capítulo I, Seção I, Art. 44 ao 47); ~~Princípios Da Administração Pública (direta e indireta): legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e servidor público~~ (Título III, Capítulo VII, Seção II, Art. 39 ao 41) (~~artigos 37 a 41, Capítulo VII~~).
4. Regimento Interno Câmara (Resolução nº 8 de 03 de dezembro de 2012).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**TÉCNICO ADMINISTRATIVO**

1. INFORMÁTICA:
 - a. Noções básicas de navegação na internet e correio eletrônico (Mozilla Firefox e Google Chrome).
 - b. Noções básicas de organização e de gerenciamento de arquivos, pastas e programas.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

- c. Noções básicas de proteção e segurança da informação.
 - d. Noções básicas do funcionamento de computadores e de periféricos, hardware e software.
 - e. Noções consistentes de cálculo e organização de dados em planilhas eletrônicas utilizando o Microsoft Excel (versões 2007, 2010 ou 2013) e LibreOffice-Calc (versão 5.0.6 ou superior).
 - f. Noções consistentes de escrita e editoração de texto utilizando o Microsoft Word (versões 2007, 2010 ou 2013) e LibreOfficeWriter (versão 5.0.6 ou superior).
 - g. Noções consistentes de trabalho com computadores em rede interna, ambiente Windows (versão 10) e Linux (Ubuntu versão 14 ou superior).
 - h. Noções dos sistemas operacionais Windows (versão 10) e Linux (Ubuntu versão 14 ou superior).
- ~~2. Arquivologia.~~
- ~~3. Comunicação e Redação Oficial.~~
4. Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Paraná:
- a. Instrução n.º 117/2016 - Atos de aposentadoria.
 - b. Instrução n.º 142/2018 - Admissão de Pessoal – SIAP.
 - c. Instrução n.º 148/2019 - Prestação de contas Municipais.
- ~~5. Gestão de Materiais.~~

ANALISTA LEGISLATIVO

1. ~~Competência municipal para legislar sobre direito do consumidor, direito dos idosos, das mulheres, do meio ambiente e sobre saúde e educação.~~ Repartição de Competências na Constituição de 1988 (Título III, da Organização do Estado, Capítulos I ao VII – Art. 18 ao 38.)
2. Direito Constitucional – Dos direitos e garantias fundamentais; dos direitos e deveres individuais; dos direitos sociais; dos direitos políticos (Título II, Capítulos I, II, III e IV – artigos 1º ao 16). Administração Pública (Artigos 37 ao 41, Capítulo VII). Das finanças públicas (Título IV, Capítulo II, artigos 163 a 169).
3. Lei Complementar nº 95 de 26 de fevereiro de 1998 - Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.
4. Noções de direito urbanístico (competência para legislar sobre direito urbanístico, Lei Municipal n.º 14771/2015 e Lei Municipal n.º 15511/19).
5. Orçamento Público: Lei 4.320/1964 - Lei de Orçamento. Disposições Gerais; Conteúdo e Forma da Proposta Orçamentária.
6. Dos Créditos Adicionais; Do Controle Externo. Lei 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. Disposições Preliminares; Do Planejamento; Da Receita Pública; Da Despesa Pública: Da Geração da Despesa, Da Despesa Obrigatória de Caráter Continuado, Das Despesas com Pessoal, Do Controle da Despesa Total com Pessoal.

CONTADOR

1. Contabilidade Pública – Conceito, campo de atuação, sistema orçamentário, sistema financeiro, sistema patrimonial e sistema de compensação.
2. Despesa pública: Conceito, classificação, codificação, estágios da despesa, restos a pagar, patrimônio público, variações patrimoniais, créditos adicionais.
3. Lei Complementar Federal n.º 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências): do planejamento, da receita pública, da despesa pública, das transferências voluntárias, da destinação de recursos públicos para o setor privado, da dívida e do endividamento, da gestão patrimonial, da transparência, controle e fiscalização.
4. Lei Complementar Municipal nº 101 de 25 de agosto de 2017 (Estabelece normas de finanças públicas no âmbito do Município de Curitiba voltada para a responsabilidade da gestão fiscal e previdenciária).
5. Lei Federal n.º 4.320/64: da lei do orçamento, da proposta orçamentária, da elaboração da lei de orçamento, do exercício financeiro, dos créditos adicionais, da execução do orçamento, do controle da execução orçamentária dos balanços e anexos.
6. Noções de tributos (PIS; CONFINS; CSLL; Imposto de Renda; Certidões negativas; dívida ativa).
7. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público NBC.
8. Orçamento Público: Conceito, princípios orçamentários, lei orçamentária anual, lei de diretrizes orçamentárias, plano plurianual.
9. Plano de contas.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

10. Receita pública: conceito, classificação, receita orçamentária, receita extra orçamentária, codificação, estágios da receita, dívida ativa.
11. Regimes Contábeis: Conceitos, princípios, regimes de caixa e de competência.

PROCURADOR JURÍDICO

1. Direito Constitucional.
 - 1.1. Constituição. Conceito. Classificação. Normas Constitucionais. Aplicabilidade e Eficácia. Disposições Constitucionais Transitórias. Supremacia da Constituição. Constitucionalização, desconstitucionalização, recepção e repristinação. Hermenêutica e Interpretação Constitucional. Teoria da Constituição. Constitucionalismo e Neoconstitucionalismo.
 - 1.2. Poder Constituinte Originário e Derivado. Reforma e Revisão Constitucional. Poder Constituinte Decorrente.
 - 1.3. Controle da Constitucionalidade. Sistema Brasileiro - Evolução. Normas Constitucionais/Inconstitucionais. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Controle de Constitucionalidade.
 - 1.4. Direitos e Garantias Fundamentais: Individuais e Coletivos. Princípio da Legalidade. Princípio da Isonomia. Regime Constitucional da Propriedade: Desapropriação. Habeas Corpus. Mandado de Segurança. Mandado de Injunção. Habeas Data. Ação Popular. Ação Civil Pública. Direitos Sociais e sua efetivação. Reserva do Possível.
 - 1.5. Estado Federal. Conceito. Federação Brasileira. Características. Integrantes da federação: bens e sistemas de repartição de competência.
 - 1.6. Município: autonomia e competências. Criação, reformulação e extinção. Lei Orgânica do Município de Curitiba.
 - 1.7. Poder Legislativo: Organização e Atribuições. Processo Legislativo. Iniciativa. Comissões Parlamentares. Imunidades e Incompatibilidade Parlamentares. Orçamento e Fiscalização Orçamentária e Financeira. Tribunal de Contas.
 - 1.8. Administração Pública. Princípios Constitucionais.
 - 1.9. Servidores Públicos Civis: Princípios Constitucionais. Teto Remuneratório Constitucional.
 - 1.10. Nacionalidade. Partidos Políticos. Sistema Eleitoral. Justiça Eleitoral. Suspensão e Perda dos Direitos Políticos.
 - 1.11. Tributação e orçamento. Sistema tributário nacional. Princípios gerais. Limitações do poder de tributar. Impostos da União. Impostos dos Estados e do Distrito Federal. Impostos dos Municípios. Repartição das receitas tributárias. Finanças públicas. Orçamentos.
2. Direito Administrativo.
 - 2.1. Administração Pública: noção e objeto. O Direito Administrativo e seus princípios informadores. Regime jurídico - administrativo. Fontes do Direito Administrativo.
 - 2.2. Administração Pública Direta e Indireta: órgãos e pessoas jurídicas. Autarquias. Autarquias Especiais: Agências Reguladoras e Agências Executivas. Fundações Públicas e Estatais (governamentais). Sociedades de Economia Mista. Empresas Públicas. Entidades Paraestatais e Terceiro Setor. Consórcios Públicos e Convênios de Cooperação entre os entes federados.
 - 2.3. Advocacia Pública. Preceitos Constitucionais. Lei Orgânica do Município.
 - 2.4. Atos e Fatos Administrativos. Classificação dos Atos Administrativos. Elementos e Requisitos do Ato Administrativo. Vinculação e Discricionariedade do Ato Administrativo.
 - 2.5. Perfeição, Validade e Eficácia dos Atos Administrativos. Atributos do Ato Administrativo. Teoria dos Motivos Determinantes.
 - 2.6. Defeitos do Ato Administrativo. Desfazimento do Ato Administrativo. Revogação e Anulação. Convalidação e confirmação.
 - 2.7. Contratos Administrativos. Conceito e Caracteres Jurídicos. As diversas espécies de Contratos Administrativos. Convênios Administrativos, Contratos de Gestão. Legislação Federal e Lei Municipal 9226/97 e alterações. Decreto Municipal nº 1192/2017. Termos de Parceria. Lei Federal nº 13.019/2014, Concessões. Legislação Federal. Leis Municipais nº 10192/2001 e nº 10.506/2002. Parcerias Público-Privadas - Legislação Federal e Lei Municipal nº 11.929/2006. Decreto Municipal nº 1251/2018.
 - 2.8. Formação dos Contratos Administrativos. Licitação: Conceito, Fundamentos, Modalidades e Procedimentos. Pregão. Licitação e Contratos nas concessões e permissões de serviços públicos, nas parcerias público-privadas e nos serviços de publicidade. O Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).
 - 2.9. Execução dos Contratos Administrativos. Teorias da Força Maior, da Imprevisão e do Fato do Príncipe. Extinção dos Contratos Administrativos.
 - 2.10. Atividade administrativa de fomento. Conceito. Modalidades. Hipóteses. Limites.
 - 2.11. Poder de Polícia. Conceito e Setores de Atuação. Polícia Administrativa e Polícia Judiciária. As Liberdades Públicas e o Poder de Polícia.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

- 2.12. Serviço Público. Conceito. Caracteres Jurídicos. Classificação. Garantias dos Administrados. Serviços Públicos da União, dos Estados e dos Municípios.
- 2.13. Bens Públicos. Classificação. Caracteres Jurídicos. As Vias Públicas. Alinhamentos.
- 2.14. Utilização e ocupação dos Bens Públicos: Permissão e Concessão de Uso, Aforamento, Concessão de domínio pleno.
- 2.15. Intervenção do Estado na propriedade privada. Limitações Administrativas. Tombamento. Servidões Administrativas. Requisição e Ocupação Temporária. O Estatuto da Cidade.
- 2.16. Desapropriação por Utilidade Pública: Conceito e Fundamentos Jurídicos. Processo Administrativo e Judicial. Indenização. Desapropriação por Zona e Direito e Extensão. Tredestinação e Retrocessão.
- 2.17. Desapropriação por Interesse Social: Conceito e Fundamentos. A Desapropriação para Fins de Reforma Agrária. Requisitos. Processo Administrativo e Judicial. Indenização.
- 2.18. Controle da Administração Pública. Tipos e Formas de Controle: Controle Administrativo e Controle Legislativo. O Tribunal de Contas. Sistemas de Controle Jurisdicional. Sistema Brasileiro: Controle pelo Poder Judiciário. Formas Procedimentais Específicas.
- 2.19. Responsabilidade Extracontratual do Estado. Evolução da Responsabilização Estatal. Teorias Subjetivas e Objetivas. O Direito Brasileiro. Ação Regressiva contra o Servidor Responsável.
- 2.20. Servidores públicos. Cargo, emprego e função pública. Regime constitucional do servidor público: ingresso na carreira, remuneração, direito de greve e associação sindical, acumulação de cargos, estabilidade, direitos e deveres. Limites às despesas com servidores na Lei de Responsabilidade Fiscal. Responsabilidade do servidor público (política, administrativa, civil e penal). Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Curitiba (Lei Municipal nº 1.656/1958). Subsídio dos agentes políticos.
- 2.21. Processo e Procedimento Administrativo. Garantias Constitucionais. A Instância Administrativa. Representação e Reclamação Administrativa. Pedido de Reconsideração e Recursos Administrativos. A Prescrição Administrativa. A Lei Federal de Processo Administrativo. Resolução administrativa de conflitos. Lei de Introdução às normas de direito brasileiro. Autocomposição. Mediação. Arbitragem.
- 2.22. Lei de Improbidade Administrativa. Lei Federal nº 8.429/1992. Decreto-Lei nº 201/1967.
3. Direito Urbanístico.
 - 3.1. Constituição Federal. Ordenamento Territorial. Competências Urbanísticas. Normas Gerais. Município. Política Urbana. Plano diretor. Função social da propriedade urbana. Regiões Metropolitanas. Aglomerados Urbanos.
 - 3.2. Direito Urbanístico. Direito à Cidade. Função Social da Cidade. Autonomia científica. Princípios. Direito de Construir e Direito de Propriedade. Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização. Poder de polícia urbanístico. Ordenação. Uso e ocupação do solo urbano. Zoneamento. Licenças urbanísticas. Responsabilidade administrativa. Infrações e Sanções administrativas. Responsabilidade civil e penal.
 - 3.3. Estatuto da Cidade. Norma Geral. Objetivos. Diretrizes. Instrumentos da Política Urbana. Gestão Democrática das Cidades. Normas Gerais para a elaboração do Plano Diretor. Disposições Gerais.
4. Direito Tributário e Direito Financeiro - Finanças Públicas.
 - 4.1. Sistema Tributário Nacional. Sistema Jurídico. Princípios jurídicos e princípios constitucionais. Sistema constitucional tributário brasileiro. Imunidades: conceito, espécies, natureza jurídica, alcance, interpretação. Distinção entre imunidade, isenção e não incidência.
 - 4.2. Competência tributária. Competência Tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Conflito de competência.
 - 4.3. Tributo: conceitos, natureza jurídica. Classificações dos Tributos. Espécies Tributárias. Funções dos Tributos.
 - 4.4. Administração tributária. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana. Regra-matriz de incidência Tributária. Hipótese de incidência tributária e consequência tributária e seus critérios. Hipóteses de isenção e imunidade. Lançamento do IPTU.
5. Direito Processual Civil.
 - 5.1. O Direito Processual Civil e os Demais Ramos do Direito. Sua Divisão. Perfil Histórico. As Codificações Brasileiras.
 - 5.2. A Norma Processual e suas Características. Norma Processual e Norma Material. A Lei Processual no Tempo e no Espaço.
 - 5.3. Jurisdição. As Várias Funções do Estado. Características da Função Jurisdicional. Seus Limites. Jurisdição Voluntária.
 - 5.4. Competência. Critérios de Dividir a Competência. Competência Absoluta e Relativa. Modificações da Competência.
 - 5.5. Ação. Natureza Jurídica. Classificação das Ações.
 - 5.6. Processo. Natureza Jurídica. A Relação Jurídica Processual. Tipos de Processo. Pressupostos Processuais.
 - 5.7. Sujeitos do Processo. Capacidade Processual do Juiz e das Partes. Abstenção e Recusa do Juiz. Substituição Processual e Sucessão das Partes. Assistência Judiciária.
 - 5.8. Litisconsórcio. Intervenção de Terceiros.
 - 5.9. Atos Processuais. Atos das Partes e Atos do Juiz. A Forma dos Atos Processuais. Nulidade.



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 5.10. Lugar para a Prática dos Atos Processuais. Cooperação Jurisdicional Interna e Externa. Tempo para a Prática dos Atos Processuais. Prazos Processuais. Impulso Processual e Preclusão.
- 5.11. Processo e Procedimento.
- 5.12. As Técnicas de Tutela Jurisdicional. Tutelas provisórias.
- 5.13. Procedimento Comum. Suas Fases e Respectivos Atos.
- 5.14. Instrução Probatória. Conceito e Objeto da Prova. Ônus da Prova. Carga Dinâmica do Ônus da Prova. O Procedimento Probatório. Antecipação da Prova e Prova Emprestada. A posição do Juiz na apreciação da Prova.
- 5.15. As Provas em Espécie. Provas Típicas e Provas Atípicas. Incidente de falsidade de prova.
- 5.16. A Sentença. Conceito e Requisitos. Classificação das Sentenças de Procedência do Pedido. As Sentenças de Improcedência. Publicação da Sentença. Vícios e Correções da Sentença.
- 5.17. Recursos. Princípios Gerais. Pressupostos Objetivos e Subjetivos para a Admissibilidade dos Recursos. Efeitos Recursais. Procedimento de Julgamento dos Recursos. Extinção dos Recursos. Remessa Necessária.
- 5.18. Meios de impugnação das decisões judiciais. Recursos em espécie. Sucedâneos Recursais. Ações autônomas de impugnação. Ação Rescisória. Ação declaratória de nulidade de ato judicial (querela nullitatis insanabilis). Ação Anulatória.
- 5.19. A Coisa Julgada. Coisa Julgada e Preclusão. Doutrina sobre a Coisa Julgada. Coisa Julgada Formal e Coisa Julgada Material. Limites Objetivos e Subjetivos da Coisa Julgada. A Cláusula "rebus sic stantibus". A Ação Rescisória. A Desconsideração ou Relativização da Coisa Julgada.
- 5.20. Processos nos tribunais. Incidente de arguição de inconstitucionalidade. Incidente de assunção de competência. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.
- 5.21. Execução de Quantia Certa Contra Devedor Solvente. Procedimento.
- 5.22. Execução de Quantia Certa Contra Devedor Insolvente. Procedimento.
- 5.23. As Defesas do Executado. Embargos do Devedor, Impugnação, Exceção de Pré-Executividade e Ações Heterotópicas. Natureza Jurídica. Casos e Oportunidades de Cabimento. Procedimento. Recorribilidade.
- 5.24. Embargos de Terceiro. Natureza Jurídica. Legitimidade para Embargar. Procedimento.
- 5.25. Ações Constitucionais Individuais. Mandado de Segurança. Mandado de Injunção. Habeas-Data. Reclamação Constitucional.
- 5.26. Ações Constitucionais Coletivas. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Segurança Coletivo. Ação de Improbidade Administrativa.
- 5.27. Procedimentos Especiais.
- 5.28. Lei de Execução Fiscal (Lei nº 6.830/80).
- 5.29. Suspensão de eficácia de decisões contrárias ao Poder Público. Suspensão de Segurança. Suspensão de Cautelar. Suspensão de Tutela Antecipada.
- 5.30. Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo. Intervenção das Pessoas Jurídicas de Direito Público. Juizados Especiais da Fazenda Pública. Representação Judicial dos entes que integram a Administração Pública.
- 5.31. Meios Alternativos de Solução de Conflito. Conciliação, Mediação e Arbitragem. Aplicação no Âmbito da Fazenda Pública.
6. Direito Previdenciário.
 - 6.1. Princípios do direito previdenciário. Fontes. Vigência e eficácia das normas previdenciárias no tempo e no espaço. Competência legislativa. Prescrição em matéria previdenciária. Regimes de previdência social: regime geral, regimes próprios dos servidores públicos e regime complementar.
 - 6.2. Previdência social dos agentes públicos: servidores efetivos, servidores estabilizados, detentores de cargo em comissão, detentores de mandato eletivo. Servidores públicos e regime de previdência complementar.
 - 6.3. Disciplina constitucional da previdência social dos servidores públicos e reformas previdenciárias. Direito adquirido e expectativa de direito. Emenda Constitucional nº 20/1998, Emenda Constitucional nº 41/2003, Emenda Constitucional nº 47/2005 e Emenda Constitucional nº 70/2012.
 - 6.4. Regimes próprios de previdência dos servidores efetivos: regras constitucionais permanentes. Contributividade e Solidariedade. Compulsoriedade. Aplicabilidade subsidiária das normas do regime geral de previdência social. Contagem de tempo fictícia e contagem recíproca. Correspondência entre benefício e fonte de custeio. Promoções pós-aposentadoria. Unidade de Regime e de Gestão. Fundos de Previdência.
 - 6.5. Benefícios do regime próprio de previdência dos servidores públicos. Paridade e integralidade. Aposentadorias: modalidades, critérios e requisitos de concessão e forma de cálculo dos benefícios (remuneração base de contribuição, atualização e parcelas incorporáveis). Aposentadorias especiais: hipóteses constitucionais e dependência de regulamentação. Cumulação de aposentadorias e pensões. Teto dos benefícios. Reajustamento dos benefícios. Abono de permanência.
 - 6.6. Regramento previdenciário dos servidores públicos do Município de Curitiba. Concessão de benefícios previdenciários. Contribuição previdenciária dos servidores municipais ativos e inativos. Contribuição patronal do Município. Leis Municipais nos 9.626/1999, 10.817/2003, 12.072/2006, 15.042/2017.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

- 6.7. Previdência Complementar. Lei nº 12.618/2012. Previdência Complementar do Município de Curitiba – CuritibaPrev.– Lei nº 15.072/2017.
7. Legislação Específica:
 - a. Lei 10.520/2002.
 - b. Lei Complementar Federal nº 95/98.
 - c. Lei Federal nº 8.429/92.
 - d. Lei Federal nº 8.666/93.
 - e. Lei Federal nº 9.784/1999.
 - f. Lei Orgânica de Curitiba.
 - g. Regimento Interno Câmara (Resolução nº 8 de 03 de dezembro de 2012).

REDATOR

1. ~~Discurso parlamentar: o discurso e a comunicação; e discurso político; estrutura do discurso; persuasão e eloquência.~~
2. Língua Portuguesa:
 - a. Ortografia, acentuação e pontuação gráfica.
 - b. Emprego das classes gramaticais.
 - c. Concordância verbal e nominal.
 - d. Regência verbal e nominal.
 - e. Interpretação e análise crítica de textos.
 - f. Estruturas linguísticas e elementos semânticos do texto.
 - g. Conhecimentos de Linguística, Literatura e Estilística aplicados ao discurso legislativo: funções da linguagem; níveis de linguagem; análise de gêneros e estilos de textos; textos literários e não literários, textos objetivos e subjetivos; textos informativos, didáticos, argumentativos, apologéticos e elegíacos; a racionalidade e a emotividade, a pessoalidade e a impessoalidade na criação de textos; lirismo e linguagem poética; denotação e conotação; figuras de linguagem; vícios de linguagem.
 - h. Retórica e teoria da argumentação. Fundamentos de retórica. Teoria da argumentação: formas de raciocínio; raciocínio e argumento; dedução e indução; o raciocínio categórico-dedutivo.
 - i. Vícios de raciocínio: tautologia; generalização falsa; conclusão não decorrente; analogia impropriedade; ausência de conclusão; sofisma.
 - j. Produção de textos. Elementos estruturais do texto: frase, oração e período; coordenação e subordinação; parágrafo-padrão e tópico frasal; coesão textual: anafóricos e articuladores; coerência textual: meta regras da repetição, progressão, não contradição e relação. Aspectos intrínsecos (conteúdo e essência) e extrínsecos (forma e estilo) do texto: qualidades de harmonia, coesão, coerência, concisão, objetividade e clareza, correção gramatical e domínio do tema; vícios de prolixidade, linguagem rebuscada, verbosidade, frases e períodos muito longos, uso exagerado de chavões ou clichês; pensamento superficial; frágil argumentação.
3. ~~Manual de Redação da Presidência da República.~~ Manual de Comunicação e Escrita Oficial da Prefeitura Municipal de Curitiba.
4. ~~Redação e técnica legislativa.~~
5. ~~Redação parlamentar.~~
6. Informática:
 - a. Noções consistentes de escrita e editoração de texto utilizando o LibreOfficeWriter (versão 5.0.6 ou superior).